



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2015

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Ministério Público do Estado do Maranhão vem adequando-se gradativamente para atender as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64 e o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo as exigências da STN e do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Objetivando facilitar a interpretação das Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas serão apresentadas da forma seguinte:

1. O exercício de 2015 é marco deste órgão na elaboração dos Demonstrativos Contábeis exigidos pelo MCASP, como consequência o primeiro ano de implantação do PCASP. Assim, nos foi permitido elaborar os Demonstrativos Contábeis sem a coluna de exercícios anteriores (conforme Item 19, IPC 00, da STN).

A elaboração de citados demonstrativos sem os elementos de comparabilidade, ano anterior, é resultado da utilização, neste Órgão Ministerial, do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – que não trouxe as adaptações necessárias para uma correta correlação entre as contas contábeis.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

2. A LOA de 2015 da PGJ não contempla previsão de receita, apenas fixa despesas para o exercício 2015. Os valores relativos a previsão de receita, são na verdade, repetições dos valores fixados para as despesas no citado exercício.
3. Os valores que constituem a execução da receita são os valores constantes no item **Transferências Financeiras Recebidas**, constante no Balanço Financeiro, adicionados ao valor do **superávit financeiro** apurado no Balanço Patrimonial



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

do exercício financeiro de 2014 da unidade gestora Procuradoria Geral de Justiça.

4. O resultado orçamentário sinalizou um déficit na execução do orçamento em R\$ 14.652.017,20. Tal resultado é decorrente de despesas empenhadas e não liquidadas no exercício de 2015 na ordem de R\$ 17.259.928,63 que foram legalmente arroladas em restos a pagar não processados.

BALANÇO PATRIMONIAL

5. Os recursos financeiros desta unidade encontram-se aplicados em fundo de investimento junto ao Banco do Brasil S/A, com resgate automático.
6. Os elementos patrimoniais imobilizados estão passando pelas medidas necessárias para fins de registro de depreciações, durante o exercício de 2016.
7. O valor constante do Passivo Circulante / Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo no Balanço Patrimonial referente a dezembro, de R\$ 921.947,81 é resultante dos valores inscritos em 2014 como restos a pagar não processados prescritos em 31.12.2015 por força de lei, adicionados ao valor de restos a pagar processados inscritos em 31.12.2015.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

8. Os valores que constituem os ingressos são os valores constantes no saldo inicial da conta banco, adicionados aos valores do superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2014 da PGJ, das **Transferências Financeiras Recebidas** constante no Balanço Financeiro e dos depósitos não judiciais, referente à conta caução.

São Luís 01 de fevereiro de 2016

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor Geral da PGJ



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS